

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.864 - SC (2020/0272270-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JULIANA PEREIRA
ADVOGADO : RAMON ROBERTO CARMES - SC033693B
AGRAVADO : MATHEUS MEDEIROS FASSHEBER
ADVOGADO : EZAIR JOSE MEURER JUNIOR - SC024866
INTERES. : MAIS INTERNET EIRELI
OUTRO NOME : EVERSON KLEBER MAI ME
ADVOGADO : IVAN CADORE - SC026683

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por JULIANA PEREIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RÉ.

PRELIMINAR. ALEGADA NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. ARGUMENTAÇÃO NO SENTIDO DE QUE O DEPOIMENTO PESSOAL DO AUTOR ERA IMPRESCINDÍVEL PARA A ANÁLISE DA QUAESTIO.

TESE QUE NÃO MERECE ACOLHIDA. AUTOR QUE NÃO PARTICIPOU DO ACIDENTE, SENDO, TÃO SOMENTE, O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO AVARIADO. PERTINÊNCIA NA REALIZAÇÃO DA ALUDIDA PROVA NÃO DEMONSTRADA. PREFACIAL AFASTADA.

MÉRITO. PRETENDIDA ATRIBUIÇÃO DA CULPA PELO ACIDENTE À CONDUTORA DO VEÍCULO DO AUTOR. INSUBSISTÊNCIA. PARTE RÉ QUE, SEGUINDO NA RETAGUARDA DO AUTOMÓVEL DO AUTOR, DEIXOU DE SE ACAUTELAR DA FORMA DEVIDA DIANTE DA REDUÇÃO DE VELOCIDADE DO TRÂNSITO À SUA FRENTE, VINDO A OCASIONAR A COLISÃO TRASEIRA.

DISTÂNCIA FRONTAL SEGURA ENTRE OS VEÍCULOS NÃO RESPEITADA. INOBSERVÂNCIA AOS ARTIGOS 28 E 29, INCISO II DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

CULPA DA RÉ BEM EVIDENCIADA. SENTENÇA

MANTIDA.

HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do

Superior Tribunal de Justiça

dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão. [...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente